



### CONTATOS DE LÍNGUAS E LÍNGUAS DE CONTATO EM POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Paulo Jeferson Pilar Araújo (CCLA/PPGL-UFRR)<sup>1</sup>  
[paulo.pilar@ufr.br](mailto:paulo.pilar@ufr.br)

Joel Nascimento dos Santos (CCLA/PPGL-UFRR)<sup>2</sup>  
[lijoelmessi.jns@hotmail.com](mailto:lijoelmessi.jns@hotmail.com)

**RESUMO:** Os fenômenos de contato linguístico figuram transversalmente nos compêndios acadêmicos voltados à Política Linguística como campo disciplinar. Desde os clássicos estudos de Weinreich (1953), a Linguística do Contato, também como área disciplinar, tem se consolidado nos últimos anos contribuindo sobremaneira com as discussões e debates sobre bilinguismo, educação, diversidade linguística, etc. Apesar de temas comuns de interesse, as duas áreas raramente aparecem inter-relacionadas, sobretudo em questionamentos teóricos ou refinamentos descritivos. Este trabalho busca apontar para essa lacuna trazendo algumas reflexões sobre o caráter de mão dupla que a intersecção entre questões de contato linguístico e políticas linguísticas podem oferecer, tomando como ponto de discussão as categorias de línguas elencadas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística-INDL (IPHAN, 2016), como casos ilustrativos de como o tratamento de fenômenos de contato da Linguística do Contato podem e devem passar por questões e questionamentos de teorização da Política Linguística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística do Contato, Política Linguística, INDL, Categorias de língua.

**ABSTRACT:** The contact phenomena appear rarely in textbooks related to Language Policy as a discipline. Since Weinreich's (1953) studies, Contact Linguistics, also as a discipline, has been consolidating in recent years, contributing to discussions and debates on bilingualism, education, linguistic diversity, etc. Although there must be an overlap between the subjects of both disciplines, they appear to be poorly explored, especially in theoretical or descriptive refinements questions. This work points to that gap, bringing some reflections about the characteristics of the two-way interaction that may exist between the linguistic contacts and language policies issues and what that interaction can offer. So, taking as a point of discussion the language categories from the National Inventory of Linguistic Diversity (IPHAN, 2016), we illustrate examples of how the treatment of Contact Linguistics data can and should be permeated by issues and questions of theorizing in Language Policy.

**KEYWORDS:** Contact Linguistics, Language Policy, INDL, Language categories.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Curso de Letras-Libras Bacharelado da Universidade Federal de Roraima-UFRR. Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Letras-PPGL. Líder do Laboratório de Pesquisas em Línguas Oraís e de Sinais-LaPLOS.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRR.



## 1 À guisa de introdução

O trabalho de Weinreich (1953) é apontado como um dos textos fundadores da Sociolinguística, e é ainda referência obrigatória em outras disciplinas que encaram fenômenos linguísticos sob vieses sociais e culturais. O papel de Weinreich como precursor no campo da Linguística do Contato é indiscutível<sup>3</sup>.

O objetivo deste artigo é o de demonstrar que os fenômenos de contatos linguísticos e culturais estão intimamente relacionados com os procedimentos de políticas linguísticas e que, assim, os campos de conhecimento voltados para os contatos linguísticos e para as políticas linguísticas devem ensejar uma aproximação mais explícita. Este artigo busca levantar uma provocação sobre problemas de políticas linguísticas referentes a questões de contato linguístico, demonstrando quais pontos de intersecção se observam ao se reunir em um mesmo título os termos “política linguística” e “contato linguístico”. Para isso, tomamos o Inventário Nacional da Diversidade Linguística-INDL conduzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN como exemplo de política linguística que não pode se furtar aos aspectos do contato linguístico, para o caso específico da diversidade linguística do Brasil.

Para delinear melhor a questão da relação da Política Linguística e da Linguística do Contato enquanto disciplinas, as próximas páginas, da seção 2, serão dedicadas a alguns aspectos conceituais da Linguística do Contato e da Política Linguística. A seção 3 apresenta as categorias de línguas focalizadas pelo INDL, com algumas problematizações referentes ao contato linguístico. Na seção 4, delineamos alguns comentários sobre como fenômenos de contato linguístico devem ser considerados em

---

<sup>3</sup> Para o campo da Política Linguística, apenas Bianco (2010, p. 142) menciona, equivocadamente, que o termo “Planejamento Linguístico” tenha sido invocado primeiramente por Weinreich na obra de 1953. No entanto foi Haugen (1959) quem mencionou primeiramente o termo. Apesar da importância do nome de Weinreich para a Sociolinguística e para a Linguística do Contato, é interessante notar que o seu nome não apareça no histórico do campo da Política Linguística feito por alguns autores, a exemplo de Johnson (2013, p. 26-57).



políticas linguísticas ocupadas com categorias de línguas que guardam em si o estatuto de línguas de contato.

## 2 Línguas em/de contato e políticas linguísticas

Trazer para o palco das discussões das políticas linguísticas a participação de línguas de contato é ainda uma tarefa em progresso por alguns motivos, dentre eles o real estatuto das línguas em/de contato. Em princípio, é necessário explicar o que estamos tomando como língua de contato, se em primeira instância qualquer língua pode estar em contato com outra(s), mesmo variedades dialetais de uma mesma língua. Com esse questionamento em vistas, a próxima subseção traz uma apresentação de que línguas e de que contatos estamos tratando para em seguida buscarmos apontar a forma como algumas políticas linguísticas têm sido realizadas para e sobre essas línguas decorrentes de contato.

### 2.1 Línguas *em* ou *de* contato?

É comum estudiosos dos contatos linguísticos utilizarem, em português, concomitantemente as preposições *em* e *de* ao relacionar os termos “línguas” e “contato” como forma de abarcar quaisquer situações possíveis de existir quando duas ou mais línguas estão em contato. Alguns autores arriscam uma distinção, a exemplo de Borstel (2013) que, no entanto, não parece se valer de uma distinção segura:

É necessário que se dê a devida importância e o devido respeito às línguas *em* e *de* contato. Por conseguinte, aqueles são a(s) língua(s) e suas variações hibridizadas com as culturas de uma dada comunidade de fala, como no caso as dos indígenas; as dos imigrantes; e as de fronteiras geográficas no Brasil. Já as línguas de contato são as línguas de imigrantes e de fronteiras que são ensinadas em instituições oficiais ou particulares como línguas estrangeiras e/ou como segunda língua. (BORSTEL, 2013, s/p)



Talvez o posicionamento de Altenhofen (2011, p. 297-298) seja um pouco mais preciso ao distinguir uma língua *de* contato, para o caso do português em relação às línguas de imigrantes no Brasil:

(...) o que exatamente seria o *português de contato*?

Uma primeira distinção que cabe fazer é a que separa o português de bilíngues e o português de falantes monolíngues da comunidade bilíngue. No primeiro caso, fala-se muitas vezes de um *português de interferência*, uma vez que apresentaria traços da língua materna (de imigração) que seriam decorrentes de uma proficiência deficiente na segunda língua, o português. Em contrapartida, o conceito de português de contato serve, a nosso ver, para designar o português da comunidade bilíngue, portanto, numa perspectiva coletiva: uma variedade falada tanto por bilíngues quanto por monolíngues, na qual se reconhecem traços associados à presença de uma língua de adstrato, em uma determinada área. (ALTENHOFEN, 2011, p. 297-298)

A primeira definição de Borstel se mostra confusa ao atribuir às línguas de contato tal estatuto por serem línguas reconhecidas como línguas estrangeiras no ensino formal, já a distinção de Altenhofen é voltada para a caracterização do português falado por bilíngues que também utilizam uma língua de herança ou de imigração. O que se pode discernir da distinção de Altenhofen é que o *português de contato* teria interferências da língua materna dos seus utentes, caracterizado, portanto, como decorrência do uso e competência bilíngue de seus usuários.

Essa operação conceitual faz-se necessária ao analisarmos o que fazem Bakker e Matras (2013, p. 1) ao afirmarem que: “Contato de língua<sup>4</sup> (*language contact*) nem sempre produz língua de contato (*contact language*)”, assumindo uma definição restritiva de *língua de contato*: “Línguas de contato são novas línguas que emergem de situações nas quais o repertório de línguas disponíveis para as pessoas em contato não oferece um

---

<sup>4</sup> Aproximamos aqui o termo *language contact* como contato de língua ou língua em contato, por considerar que ao focalizar o contato *de* língua são as línguas que estão *em* contato.

instrumento suficientemente efetivo para comunicação”<sup>5</sup>. Nesse sentido, os autores elencam como línguas que podem ser consideradas como decorrentes do contato os pidgins, os crioulos e as línguas mistas, seguindo a literatura da área. Bakker e Matras, por fim, adicionam dois outros tipos de línguas de contato: multi-etnolectos e línguas mistas escritas<sup>6</sup>.

Nessas tentativas de delimitação conceitual, seguindo pela semântica das preposições do português e a ordem de nomes e adjetivos do inglês, podemos solucionar o uso concomitante de preposições em português ao tratar das situações de contato linguístico (línguas em/de contato), reservando a preposição “de” para as línguas consideradas decorrentes dos contatos linguísticos e do uso bilíngue, a exemplo das línguas crioulas e de imigração (*Contact language*), e a preposição “em” para as línguas em processos de contato (*Language contact*), nesse caso, qualquer língua que esteja em contato com outra sem necessariamente ser produto do contato. Nesse último caso seriam abarcadas as demais situações de contato não consideradas por Bakker e Matras (2013) tais como as línguas veiculares, interlínguas ou línguas internacionais. Sabemos que esse refinamento não deixa de ser apenas didático muito mais que operacional, no entanto, com um refinamento teórico, a distinção entre língua em contato (*language contact*) e língua de contato (*contact language*) poderá ser útil para trabalhos analíticos. Esperamos que tal distinção sirva para dar suporte aos nossos posicionamentos sobre a relação da Linguística do Contato e da Política Linguística. Paraphraseando Bakker e Matras acima, reforçamos o “nem sempre” dos autores, mas ressaltamos que “para haver línguas de contato é preciso que as línguas estejam em contato”.

## 2.2. Políticas linguísticas

---

<sup>5</sup> No original, as duas citações estão em sequência inversa: “Contact languages are new languages that have emerged in situations in which the repertoires of languages available to the people in contact did not provide a sufficiently effective tool for communication. Language contact does not always produce contact language.”

<sup>6</sup> Sugerimos a consulta ao original para a definição dada pelos próprios autores (BAKKER; MATRAS, 2013).



Uma delimitação da área em questão, do que seja política e do que seja linguística, insinua já um possível motivo de o porquê algumas facetas das línguas não exercerem papel determinantes na produção de políticas linguísticas, ou seja, os contatos linguísticos e seus produtos. Rajagopalan (2013 p. 29-30) elucida que o termo “política linguística” na língua portuguesa envolve as decisões tomadas no âmbito mais geral, bem como as atividades de contribuição para implementá-las (é nessa implementação que, portanto, temos uma correlação como termo planejamento linguístico), assim, essas duas etapas são nomeadas em inglês com palavras distintas, a saber, *language planning* e *language policy*. Esses termos vão tratar de atividades executadas de cima para baixo. Por outro lado, conforme o autor citado, a política linguística como *language policy* diz respeito a diversas atividades de cunho político, assim, pode ser qualquer pessoa ou grupo de pessoas que vise um esforço como agentes de atos aplicados a luz da política linguística. Percebe-se que esses atos tratam em suma de questões macros, enquanto que fatos ou dados secundários não seriam necessariamente levados em conta na elaboração da política linguística em si.

Conforme Calvet (2007) existem dois tipos de gestão das situações linguísticas nomeados como gestão *in vivo* e gestão *in vitro*. No primeiro caso, refere-se às práticas sociais pelas quais as pessoas resolvem os problemas de comunicação em seus cotidianos. Tal gestão pode resultar em línguas aproximativas ou línguas veiculares. Destarte, segundo o autor, a “refuncionalização” de uma língua garante a comunicação, em outras palavras, temos o produto de uma prática que não é redigida por lei ou decreto. Nessa perspectiva consoante o autor supracitado, pode estudar (descrever e analisar) o modo como determinada população usa sua competência linguísticas para “forjar” palavras novas para conceitos novos. Por isso, compreendemos que tais formas de criações também são estratégias comunicativas que demonstram o quanto as línguas são “vivas” e se influenciam gerando portas não somente para neologismos em uma mesma língua quanto a emergência de fenômenos naturais do contato linguístico bastante conhecidos e debatidos na literatura, tais como *codeswitching*, *code-blending*, *language shift*, convergência, etc.,



No segundo tipo de gestão linguística conforme o viés de Calvet, está a gestão *in vitro* (do poder) a qual diz respeito as medidas oficiais (feitas por “decisores”) de planejamento linguístico, tomadas por políticos em decorrência da descrição e análise técnicas de linguistas no que tange a determinadas situações linguísticas. Nesse aspecto, evidenciamos o poder do Estado e seus dispositivos legislativos na manutenção de um quadro plurilíngue ou monolíngue de acordo com seus interesses políticos e econômicos frente às línguas que coexistem em uma comunidade. Portanto, os mecanismos de planejamento linguístico surgem como tentativa de ajustamento e utilização *in vitro* de fenômenos que se apresentam *in vivo*, sendo a política linguística nesse sentido, elemento mediador entre os objetivos do poder e as soluções evidentes que decorre da prática linguística de um povo (CALVET, 2007).

É importante ressaltar que tais fenômenos do contato linguístico, citados anteriormente, passam ao largo dos pontos decisórios. Talvez um dos poucos momentos em que os agentes decisórios levem em consideração o caráter de línguas de contatos na implementação de políticas linguísticas seja na busca de padronizá-las. Na já clássica tipologia de situações plurilíngues de Calvet (2007) tem-se a correlação de línguas: vernacular, padrão, clássica, pidgin e crioula, com as possíveis funções: gregária, oficial, veicular, internacional, de religião de ensino, etc., entretanto, aparentemente ser ou não consequência de contatos linguísticos não parece interferir nas escolhas realizadas sobre as línguas. Ora, o caráter de contato é praticamente indissociável quando se lida com línguas minoritárias, é o caso a ser descrito para as línguas alvo do INDL.

### 3 O Contato Linguístico no INDL e suas políticas linguísticas

Como forma de ilustrar a relação entre a Linguística do Contato com a Política Linguística, apresentamos como caso ilustrativo o Inventário Nacional da Diversidade Linguística-INDL, e como as categorias de línguas trabalhadas e propostas estão intimamente relacionadas aos contatos. As categorias de línguas seguem uma tipologia



proposta inicialmente pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (ALTENHOFEN, 2013, p. 111):

1. Línguas indígenas;
2. variedades dialetais da língua portuguesa;
3. línguas de imigração
4. línguas/falares de comunidades afro-brasileiras;
5. línguas brasileiras de sinais;
6. línguas crioulas.

Conforme apontado por Mello, Altenhofen e Raso (2011, p. 10) em apresentação de livro organizado sobre os contatos linguísticos no Brasil, esse conjunto de línguas e variedades se conformam com o histórico de contato linguístico do Brasil.

Vejamos as categorias de línguas, conforme apresentada no INDL:

Tendo em vista a amplitude da diversidade linguística existente no país, foram propostas cinco categorias de línguas no âmbito dessa política:

**LÍNGUAS DE IMIGRAÇÃO:** línguas alóctones trazidas ao Brasil por grupos de fala advindos principalmente da Europa, Oriente Médio e Ásia e que, inseridas em dinâmicas e experiências específicas dos grupos em território brasileiro, tornaram-se referência de identidade e memória. Exemplos: Talian, Pomerano, Hunsrückisch, entre outras.

**LÍNGUAS INDÍGENAS:** línguas autóctones, originárias do continente sul-americano – da porção que hoje corresponde ao território brasileiro – e faladas por populações indígenas. Exemplos: Guaraní, Kaingáng, Baniwa, Tukáno, Ninam, Maxakalí, Marubo, entre outras.

**LÍNGUAS AFRO-BRASILEIRAS:** línguas de origem africana faladas no Brasil. Essas línguas apresentam notáveis diferenças linguísticas em vários aspectos de sua estrutura gramatical, produzidas por mudanças históricas desencadeadas pelo contato com o Português, podendo ter ocorrido transferências gramaticais desde esse substrato africano (LUCCHESI et al., 2009). Exemplos: Gíria de Tabatinga, língua do Cafundó e variedades Afro-brasileiras do Português Rural.





**LÍNGUAS DE SINAIS:** línguas faladas por comunidades surdos, incluindo pessoas surdas e ouvintes, que se utilizam da modalidade visuo-espacial com sinais manuais e não manuais, tais como expressões faciais e corporais. Exemplos: Libras, Língua de Sinais Urubu-Ka'apor, Língua de Sinais do município de Jaicós do Piauí, entre outras.

**LÍNGUAS CRIOULAS:** línguas surgidas a partir da aquisição como língua materna por parte de um grupo social de uma língua Pidgin<sup>4</sup>. Exemplos: os Galibi--Marwórnó, os Karipuna e os Palikur, que vivem no estado do Amapá e falam uma língua crioula formada a partir do Francês, como língua dominante, e de diferentes línguas africanas e indígenas da Guiana Francesa e Suriname. (IPHAN, 2016, p. 13-14)<sup>7</sup>

Com essas categorias, o conceito de língua trabalhado no INDL é o de *língua de referência*, entendido como “a língua que é indicada por uma coletividade como elemento articulador da sua cultura, identidade, ação e memória.” (IPHAN, 2016, p. 34). A partir desse conceito de língua, estão relacionados dois outros: o das línguas em contato com essa língua de referência e suas variedades. Nesse ponto, a questão do contato linguístico é contemplada no INDL sob a lente do multilinguismo e plurilinguismo, aquele entendido no nível da sociedade, este no nível do indivíduo. No entanto, os contatos linguísticos permeiam as línguas no Brasil de modo bem mais direto e às vezes sutil, conforme bem demonstrado por Mello, Altenhofen e Raso (2011). Vejamos o caso para cada uma das categorias.

### 3.1 Línguas de imigração

As línguas de imigração no Brasil podem e são consideradas línguas de contato (ALTENHOFEN, 2013; ALTENHOFEN; MARGOTTI, 2011). Com cerca de 30 a 56 línguas de imigração em território brasileiro (ALTENHOFEN, 2013, p. 106), a depender de como os pesquisadores encaram as variedades de cada grupo de imigração (alemã, italiana, eslavo, chinês, japonês, fronteiriços, etc.), as políticas linguísticas voltadas para essas línguas têm a particularidade de atentar para o papel dos contatos dessas línguas

---

<sup>7</sup> Deixamos de fora, por enquanto, a categoria de variedades do português, sobre a qual retomamos na subseção 3.4.



com a língua portuguesa. Entende-se que a atual configuração dessas línguas de imigração no Brasil passa de algum modo pelo contato com a língua portuguesa, devido ao histórico de silenciamento dessas línguas praticado no passado, a exemplo da política de promoção do ensino do português durante o Estado Novo (1937-1945) (ALTENHOFEN, 2013, p. 109).

As línguas de imigração no Brasil guardam algumas particularidades, a depender do estatuto do português, como L1 ou L2, nesse caso, as línguas de imigração podem também entrar na categoria de línguas de herança (POLINSKY, 2018).

### 3.2 Línguas indígenas

Mesmo com a existência de pesquisas que tentam descrever as variedades de português indígena (FERREIRA; AMADO; CRISTINO, 2014; CRISTINO, 2015), o estatuto das línguas indígenas brasileiras como línguas de contato é conhecido e inegável (MOORE, 2011). O que se pode encontrar no Brasil, quanto às línguas indígenas, é um mosaico de diferentes situações de contato. Outro fato inegável no binômio línguas indígenas-português é o processo de substituição de língua previsível para a maioria dos casos das menos de 200 línguas indígenas conhecidas. Tal situação é nítida em três trabalhos reunidos em Silva (2011) nos quais se observa o fenômeno de substituição de língua (ou obsolescência) detectados entre diferentes gerações de diferentes grupos étnicos.

É perceptível que qualquer trabalho de descrição de línguas indígenas, o contato com o português, no caso de comunidades com algum grau de bilinguismo, deverá ser levado em conta, para uma descrição mais fiel com a realidade sociolinguística dos falantes.

### 3.3 Línguas de sinais



A Língua Brasileira de Sinais-Libras está sendo inventariada (QUADROS, *et al*, 2017) e pode ser considerada uma língua de herança (QUADROS, 2017). Essa língua de sinais tem contato constante com a língua oral envolvente, o português, sendo a L1 da maioria dos surdos brasileiros que tem o português como L2. No entanto, o uso majoritário da Libras acaba por interferir no possível desenvolvimento de outras línguas de sinais (emergentes) no Brasil. Reitera-se, outras línguas, não variedades da Libras, e isso por uma particularidade conhecida na criação de novas línguas de sinais (ADONE, 2012).

As possíveis línguas de sinais emergentes no Brasil têm a desvantagem de não poderem ser inventariadas. Da forma como está posto nos critérios para inclusão de uma língua no INDL, a língua precisa preencher 3 critérios:

- (i) ser referência para a memória, a história e a identidade dos diferentes grupos sociais que vivem no Brasil;
- (ii) existir como parte da vida social de uma comunidade; e
- (iii) a comunidade para a qual a língua é referência está em território brasileiro há pelo menos **três gerações** (grifo nosso)<sup>8</sup>.

Este último critério desconsidera a particularidade da emergência de línguas de sinais que podem surgir em grupo de surdos em menos de três gerações, caso das duas outras línguas de sinais mencionadas pelo Guia do IPHAN (2016, p. 22): a Língua de Sinais Ka'apor e a CENA, língua de sinais do interior do Piauí. Para que as línguas de sinais emergentes, indígenas ou não, possam ser contempladas no INDL, devem “sobreviver” no mínimo por três gerações na comunidade. Ainda assim, frente às particularidades de emergência de línguas de sinais, essas línguas estão de algum modo em constante contato com a língua dos ouvintes. Para o caso de índios surdos, o contato

---

<sup>8</sup> Dessa forma, uma língua de sinais deve persistir por cerca de 45 a 90 anos no mínimo para poder figurar futuramente no INDL.

muitas vezes se dá com o português, a língua indígena e a Libras, quando há uma preocupação por parte de professores de escolas indígenas com a inclusão do aluno surdo. Nesse caso, além dos sinais caseiros, no mínimo três outras línguas entram na interação dos índios surdos.

### **3.4 Línguas crioulas, “falares” afro-brasileiros e as variedades de português**

As demais categorias de línguas do INDL estão agrupadas nesta subseção por terem aspectos mais próximos dos contatos, em um continuum das línguas crioulas, passando pelas “línguas” ou “falares” afro-brasileiros até as variedades de português. As línguas crioulas são línguas (decorrentes) de contato prototípicas (BAKKER; MATRAS, 2013), apesar de serem mencionadas apenas três em contexto de fronteira, e faladas por povos indígenas, no Brasil, o conhecimento sobre essas línguas em território brasileiro ainda é incipiente, mas com iniciativas de documentação com trabalhos de linguistas no Amapá.

Talvez a categoria de “línguas/falares afro-brasileiros” seja a menos prototípica tanto referente aos contatos quanto ao de real estatuto de língua. Em dois momentos do Guia de Pesquisa e Documentação do INDL, essa categoria é referida, ora como “línguas afro-brasileiras”, ora como “falares” (IPHAN, 2016, p. 13, 20), sendo subdividida em três outras categorias:

(1) aquelas com forte presença de léxico de origem africana como estratégia de resistência, mas também exercendo importantes funções nas relações sociais cotidianas e na transmissão cultural no interior de comunidades afrodescendentes (por exemplo, a Gira de Tabatinga, a “língua do Cafundó”, as variedades faladas nos municípios de Patrocínio, Uberaba, entre outras); (2) variedades Afro--brasileiras do Português Rural, em que se apresentam notáveis diferenças linguísticas, sobretudo no sistema de concordância verbal e nominal (LUCESI et al., 2009), além de importante presença de léxico de origem africana, mas notavelmente diferentes das línguas da primeira categoria; e (3) línguas de rituais – também conhecidas como línguas de santo ou de terreiro –, usadas pelos praticantes de religiões de matrizes africanas, especialmente durante celebrações religiosas. (IPHAN, 2016, p. 20)



A pequena, mas significativa mudança de “língua” para “falares” diz muito sobre o real estatuto dessa categoria. Apesar de reconhecer o papel das línguas africanas nas subcategorias (1) e (3), principalmente, é fato que as primeiras não são línguas, *stricto sensu*, no sentido defendido por linguistas, sendo muito mais caracterizadas como línguas de segredo e as segundas como línguas rituais<sup>9</sup>, ou seja, estas como linguagens, *lato sensu*. Fora essas duas subcategorias e suas particularidades com os contatos históricos com línguas africanas, em contextos rurais e quilombolas ou de terreiro, a subcategoria (2) acima, de variedades afro-brasileiras de português não teriam um léxico específico, mas traços gramaticais pujantes decorrentes do contato histórico e o processo defendido por autores de “transmissão linguística irregular” (LUCCHESI, BAXTER, RIBEIRO, 2009). Ainda assim, pode-se levantar a questão de até que ponto realmente existiria uma variedade “afro-brasileira” de português tão distinta das demais variedades rurais não marcadas etnicamente<sup>10</sup>.

A questão que se coloca é a de que a subcategoria (2) poderia muito bem ser incluída na categoria das variedades internas de português, conforme apresentação do IPHAN (2016, p. 22):

Embora o Português seja língua oficial e majoritária do país, suas variedades podem ser objeto de ações de promoção e valorização. Essas variedades internas ao português decorrem de fatores históricos, geográficos e étnico-culturais que influenciam a conformação de elementos linguísticos que demarcam identidades de falares regionais (variedades diatópicas) e de segmentos sociais específicos (variedades diastráticas). (IPHAN, 2016, p. 13-14)

<sup>9</sup> Um detalhamento maior sobre essa questão merece um trabalho a parte por tocar em noções e definições técnicas ou de crenças linguísticas e por levantar alguma controvérsia sobre a gramática dessas línguas de segredo, se são línguas/falares com léxico africano, mas gramática do português popular ou se são línguas mistas (JON-AND; LOPEZ, 2018). Para uma apresentação de uma dessas variedades de língua de segredo, conferir Petter (2015) e para as línguas rituais, conferir Pessoa de Castro (2011).

<sup>10</sup> Vale indagar ainda até que ponto essas diferentes variedades ou categorias analíticas propostas pelos estudiosos do português popular e do contato seriam distintos em seus processos e produtos linguísticos ou poderiam compor um continuum de português [+/- marcado] etnicamente. Ainda assim, pode-se questionar se os termos “afro”, “indígena” ou “afro-indígena” seriam realmente necessários ou se comporiam um único bloco de variedades do português marcado pelos contatos.



Dessa forma, as diversas variedades de português poderiam ser reunidas a depender do tipo de contato ou formação, por exemplo, o português indígena, o português de falantes de línguas de imigração, português afro ou afro-indígena e por que não, o português dos surdos?

### 3.5 Categorias de línguas, categorias de contatos

Lançar a lupa dos contatos sobre as categorias de língua do INDL traz à vista particularidades do estatuto das línguas que não seriam facilmente discutidas, principalmente se o conceito de língua de referência para uma comunidade se basear naquilo que os falantes geralmente tomam como falar “puro” ou a língua legítima da comunidade.

As línguas indígenas e de imigração são ainda terreno pouco explorado pelos linguistas do contato no Brasil e o foco tem sido obviamente sobre a língua majoritária, o português (CARVALHO, 2009; MELLO; ALTENHOFEN; RASO, 2011; FERREIRA; AMADO; CRISTINO, 2014). Poderá haver um ganho descritivo e teórico bem maior se se encarar essas duas categorias de língua como línguas de herança (POLINSKY, 2018), a exemplo de Quadros (2017) para a Libras, tirando o foco do português para as línguas de imigração e indígenas por elas mesmas.

O conhecimento das línguas crioulas existentes em território brasileiro também poderá mudar o mapa linguístico do Brasil, colocando-o dentre os países do mundo que abrigam línguas crioulas, além de chamar a atenção para a especificidade dos contatos para as demais categorias de línguas, a exemplo das línguas/falares afro-brasileiros. Ressaltamos, no entanto, que não pretendemos diminuir a importância da categoria de línguas/falares afro-brasileiros no INDL, apenas enfatizar o caráter de cada categoria e sua relação com os contatos linguísticos. Sabemos que dentre os objetivos do INDL, as línguas de referência são inventariadas por fazerem parte da história e identidade das comunidades que as utilizam cotidianamente ou situações culturais especiais, além de serem um repertório cultural de resistência cultural. Este ponto se mostra

intrigante por comprovar que o que interessa nas políticas do INDL não é precisamente o estatuto real ou não de língua, mas a importância do código utilizado pela comunidade como referência cultural.

Nisso, retomamos a especificidade da modalidade e criação das línguas de sinais (indígenas) emergentes que podem se consolidar como línguas plenas no percurso de uma ou duas gerações de surdos, mas pelos critérios adotados pelo INDL não podem, em princípio, ser inventariadas, por não estarem em território brasileiro há mais de três gerações. Por outro lado, as línguas de segredo de comunidades (quilombolas) rurais e as línguas rituais de terreiro preenchem os três critérios já mencionados (IPHAN, 2016, p. 26), apesar de não serem línguas plenas atualmente, mesmo que tenham sido no passado<sup>11</sup>.

Compreender como acontecem os processos de contato: codeswitching, empréstimos, substituição de língua, etc., poderá contribuir para um entendimento maior dos produtos desses contatos: emergência de novas variedades de línguas (orais e de sinais, pidgins e crioulos), áreas linguísticas, morte de língua, etc, todos eles relacionados com questões de bilinguismo estritamente falando. Nesse caso, os processos e produtos dos contatos bastante discutidos na literatura poderão ser avaliados em um quadro bem mais amplo nos instrumentos de política linguística e numa melhor classificação de categorias de línguas que tenham os contatos como determinantes, a exemplo das categorias de línguas/falares afro-brasileiros e das demais variedades de português.

#### **4 Políticas linguísticas sensíveis aos processos e produtos dos contatos linguísticos**

O que se pode verificar com as rápidas observações feitas na seção 3 é a sensibilidade em relação aos contatos linguísticos que os envolvidos com a pesquisa e documentação de línguas para o INDL devem tomar se realmente buscam um retrato

---

<sup>11</sup> Vale mencionar que no rol das línguas que não podem ser inventariadas estejam as línguas de fronteira, a exemplo do *portunhol*. Lembrando que, de certa forma, as línguas crioulas utilizadas pelos indígenas no Amapá podem também ser consideradas línguas de fronteira.



sociolinguístico mais próximo dos usos das possíveis línguas de referência. Os contatos são regra, não exceção para as categorias utilizadas no INDL, fato bem demonstrado por Mello, Altenhofen e Raso (2011). O que resta considerar, afinal?

Retomamos as indagações colocadas no início deste trabalho e a constatação de que os contatos linguísticos estão presentes nas categorias de línguas descritas, a questão a ser retomada é o como a Linguística do Contato está intimamente relacionada à Política Linguística. Inegavelmente, dentre os temas explorados pela Linguística do Contato está o bilinguismo, não é demais enfatizar que desde o clássico *Languages in contact*, Weinreich (1953) dedicou uma grande parte ao indivíduo bilíngue e ao estatuto de cada língua utilizada por esse falante. Compreende-se que as línguas categorizadas pelo INDL são na sua maioria línguas utilizadas por bilíngues, nomeadamente as línguas de imigração, indígenas e de sinais<sup>12</sup>.

Dentre os tipos de resultados que se espera entre uma aproximação disciplinar mais condizente e consciente é a de que fenômenos de contato encarados apenas no quadro de atuação da Linguística do Contato, tais como codeswitching, interferência, convergência, substituição de língua, sejam considerados seriamente nas possíveis teorizações da Política Linguística. Nesse ponto, parece estranho falar em teorização em um campo do conhecimento dedicado a decisões práticas, por um lado. Por outro lado, campos de conhecimento que passam por um processo de disciplinarização recorrem sempre a disciplinas vizinhas como suporte para construir os construtos teóricos que darão suporte à disciplina em sua forma consolidada, para tanto, veja-se por exemplo as tentativas de Johnson (2013) em buscar nos primeiros teóricos da Sociolinguística e da Ciência Política os pressupostos fundadores da Política Linguística. Desse modo, acreditamos que a Linguística do Contato continuará a ser uma disciplina vizinha inestimável para a Política Linguística.

---

<sup>12</sup> Talvez o caso em que os falantes não são necessariamente bilíngues seja o das variedades afro-brasileiras, já que a competência linguística demonstrada tanto pelos usuários das línguas de segredo quanto pelos usuários de línguas rituais é simbólica muito mais que comunicativa. Os usuários das línguas de segredo não as utilizam cotidianamente como L1, mas em situações de proteção do grupo em relação a pessoas de fora e as línguas rituais de terreiro servem apenas no âmbito ritualístico, não sendo utilizado fora do contexto religioso (PETTER, 2015; PESSOA DE CASTRO, 2011).





### 5 Para Concluir

O INDL tem se mostrado como um instrumento valioso para se pensar a diversidade linguística brasileira, confirmando que o Brasil é país multilíngue, mas não plurilíngue e uma das razões para essa atual situação é justamente o silenciamento das línguas minoritárias em território nacional. Considerando que as categorias de língua trabalhadas no INDL são basicamente de línguas minoritárias (ALTENHOFEN, 2013), marcadas pelos contatos.

Uma característica que perpassa as categorias descritas: línguas indígenas, de imigração, de sinais, crioulas, afro-brasileiras e variedades do português, são os contatos linguísticos, sejam históricos ou sincrônicos, na configuração dessa diversidade linguística. No entanto, o caráter dos contatos, apesar de patente, é utilizado como ponto adicional na caracterização de uma língua de referência para o Inventário, mas não considerado na categorização e nas interações que podem ocorrer entre as diferentes categorias. Por exemplo, a categoria de línguas indígenas e de línguas de sinais podem ser interseccionadas no de línguas de sinais indígenas (emergentes), mesmo que essas possíveis línguas não possam, em princípio, ser inventariadas. Além das categorias de língua discutidas neste trabalho, outras categorias, como o de língua de herança e língua de fronteira, não são contempladas no INDL. Por fim, todas as categorias de língua guardam em alguma medida como ponto em comum a particularidade dos contatos.

Nisso, a partir de uma iniciativa de política linguística como a do INDL, tentamos demonstrar como a Linguística do Contato e a Política Linguística como campos disciplinares podem e devem buscar uma maior intersecção, até mesmo para contribuir em refinamentos analíticos e descritivos necessários para um melhor conhecimento da realidade linguística das comunidades que buscam eleger suas línguas de referência, no presente e para as gerações futuras.



### REFERÊNCIAS

- ADONE, Dany. Language emergence and creolization. In: PFAU, Roland; STEINBACH, Markus; WOLL, Bencie. **Sign Language: an international handbook**. Berlin: de Gruyter Mouton, 2012.
- ALTENHOFEN, Cléo. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (Orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2013. p. 93-116.
- BIANCO, Joseph Lo. Language Policy and Planning. In: HORNBERGER, Nancy H.; MCKAY, Sandra Lee. **Sociolinguistics and Language Education**. Bristol-Buffalo-Toronto: Multilingual Matters, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. **Instituto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- CRISTINO, Beatriz. Línguas indígenas em contato: apresentação. **PAPIA**, v. 25, n. 1, 2015.
- FERREIRA, Rogério Vicente, AMADO, Rosane de Sá, CRISTINO, Beatriz Protti. **Português Indígena: novas reflexões**. Munique: LINCOM, 2014.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. **Guia de pesquisa e documentação para o INLD: patrimônio cultural e diversidade linguística**. Vol I. Brasília, 2016.
- JOHNSON, **Language Policy**. 2013
- JON-AND, Anna; LÓPEZ, Laura Álvares. A Cupópia do Cafundó: uma análise morfossintática. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 73-101, 2018.
- Haugen, E. Planning for a standard language in Norway. **Anthropological Linguistics**, 1(3), 1959, p. 8–21.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, A.; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo; RASO, Tommaso. **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- MOORE, Denny. Línguas indígenas. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo; RASO, Tommaso. **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. Marcas linguístico-culturais diferenciadoras de identidade negro-africana entre religiões afro-brasileiras. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN,



Cléo; RASO, Tommaso. **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PETTER, Margarida. A vitalidade de um léxico de origem africana em Minas Gerais. In: AVELAR, Juanito Ornelas de; LÓPEZ, Laura Álvarez. **Dinâmicas afro-latinas: língua(s) e história(s)**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015.

POLINSKY, Maria. **Heritage languages and their speakers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

QUADROS, Ronice Müller. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais**. Porto Alegre: Penso, 2017.

QUADROS, Ronice Müller; NEVES, Bruna Crescêcio; LOHN, Juliana Tasca; SCHMITT, Deonsísio. Inventário da Língua Brasileira de Sinais. In: OLIVEIRA, Gilvan Müller; RODRIGUES, Luana Ferreira (Orgs.). **Atas do VIII Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas**. Florianópolis: UFSC e AUGM Associação de Universidades Grupo Montevideu – Núcleo Educação para a Integração, 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Política linguística: do que é que se trata, afinal?** In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Cláudia Hilsdorf (Orgs.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V. **Os contatos linguísticos e o Brasil – Dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas**. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (Orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 13-56.

SILVA, Sidney de Souza (Org.). **Línguas em Contato: cenários de bilinguismo no Brasil**. São Paulo: Pontes, 2011.

VON BORSTEL, Clarice Nadir. Políticas linguísticas e educacionais em situações de línguas em/de contato. **LL Journal**, v. 8, p. 01-17, 2013. Disponível em: <<https://lljournal.commons.gc.cuny.edu/2013-1-borstel-texto/>> Acesso em: 28/10/2018.

WEINREICH, Uriel. **Languages in contact: findings and problems**. Nova York: Mouton, 1953.

Recebido Para Publicação em 30 de outubro de 2018.

Aprovado Para Publicação em 25 de novembro de 2018.